

# Peneda diz que parceiros não defendem a redução dos salários

- **Compromisso** político e social defendido pelo presidente do Conselho Económico e Social
- **Documento** do Observatório contesta modelo político centrado na diminuição do valor do trabalho

Ana Paula Correia  
apc@jn.pt

**O modelo de corte de salários e alteração das leis laborais, contestado no relatório do Observatório sobre Crises e Alternativas, também não é do agrado dos parceiros sociais, como lembra Silva Peneda.**

**A**s medidas de austeridade “não são técnicas nem transitórias”. São “ideológicas”, uma “escolha deliberada de economia política”, e vão prolongar-se “por 20 ou 30 anos”, numa “degradação longa” das condições de vida dos portugueses. A não ser que ocorra uma rutura e se construa “um novo ciclo político, menos destrutivo e agressivo, onde a democracia volte a fazer sentido”. Para aí chegar, há quem defenda compromissos – sociais e políticos. Outros não são explícitos.

De tudo isto se fez o diagnóstico da situação de Portugal e da Europa, a várias vozes, na sessão-debate realizada ontem na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, de apresentação do primeiro relatório do Observatório sobre Crises e Alternativas do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

“A anatomia da crise: identificar os problemas para construir as alternativas” é o título do relatório que Manuel Carvalho da Silva, coordenador do observatório, lembrou ser ainda preliminar, uma vez que “faltam as conclusões”. Mas foi o antigo líder da CGTP quem realçou que “a austeridade é uma forma de economia política com um modelo social e político centrado na diminuição do valor do trabalho e na redução do meios do Estado”.

A tese foi reforçada por José Reis, também do CES, que prevê “uma degradação longa da economia”. O economista colocou um dos focos da apresentação do relatório na transferência do produto dos cortes salariais para a acumulação financeira da banca e na “alteração regressiva da apropriação da riqueza”, demonstrando que “a redução dos custos do trabalho não aumenta a produtividade e muito menos diminui o desemprego”.

Mas por que razão foi esta a opção do Governo e da troika? A pergunta da mode-

radora do debate, Maria Flor Pedroso, José Silva Peneda, presidente do Conselho Económico e Social, respondeu diretamente: “Porque foi o caminho mais fácil!” Revelou, a seguir, que “nem sindicatos, nem patrões consideraram prioritárias as mudanças da legislação laboral ou a redução de salários”.

Desta opinião, Silva Peneda, que recordou aos presentes a sua condição de social-democrata, partiu para o desafio político ao PS: “As condições do país vão permanecer difíceis por mais 20 ou 30 anos. Por isso, são precisos compromissos. Com os parceiros e com os partidos”.

À mesa do debate, o ex-ministro do PS Vieira da Silva não se comprometeu. Preferiu realçar o que o separa do Governo: “As alterações legislativas são uma forma de mudar o equilíbrio de forças no mundo laboral”.

Terminado o debate, em que intervieram também o economista João Ferreira do Amaral, defensor da saída do euro, e a socióloga Isabel Guerra, Boaventura Sousa Santos, do CES, falou em nome pessoal, para defender “a urgência de um documento de ação que trave o radicalismo de direita”, tal como em 1975, durante o chamado “Verão Quente”, o Documento dos Nove “travou o radicalismo de Esquerda”. ●



José Silva Peneda, sobre a redução dos custos do trabalho, opção feita pelo Governo e pela troika

## Troika ouve mas não quer aliviar austeridade



OS PARCEIROS sociais saíram, ontem, da reunião com a troika sem respostas e a salientar a “contradição” entre a leitura que fazem

dos avisos de Christine Lagarde sobre os perigos do excesso de austeridade e a insistência em manter o rumo do programa de assis-

tência financeira a Portugal, sem desvios. Os cortes salariais não foram defendidos de forma explícita, mas os técnicos continuam a va-

O ECONOMISTA JOSÉ REIS PREVÊ UMA “DEGRADAÇÃO LONGA” DA ECONOMIA PORTUGUESA

## [ AUSTERIDADE ]

**Relatório:** as alterações à lei laboral cortaram rendimento aos trabalhadores e aumentaram o das empresas, alerta relatório do Observatório sobre Crises e Alternativas do CES.

### ALTERAÇÕES AO CÓDIGO LABORAL

As últimas alterações ao Código do Trabalho (junho de 2012) representam um corte substancial das retribuições dos assalariados, mas sobretudo constitui uma apropriação gratuita de tempo de lazer dos trabalhadores.

### REMUNERAÇÃO COM PERDA DE 2,9%

Um trabalhador médio, com um salário mensal de 962 euros, 157 horas de trabalho suplementar por ano e quatro feriados trabalhados, perdeu 2,9% do seu rendimento anual no seguimento das alterações laborais.

### EFEITOS NA RECEITA PARA O ESTADO

As alterações laborais acabam por produzir reduções nas contribuições para a Segurança Social e, possivelmente, na receita de IRS, embora possa eventualmente aumentar a de IRC.

### PERDA PARA A SEGURANÇA SOCIAL

Para o referido exemplo de 962 euros, o corte de 2,9% na retribuição dos trabalhadores implica uma perda da receita da Segurança Social de 122,04 euros (83,41 euros da entidade patronal e 38,63 euros do trabalhador).

### NOVAS REGRAS BENEFICIAM EMPRESAS

As novas regras laborais permitem que, no total, as empresas beneficiem anualmente de uma subida do seu excedente bruto, que se situará entre 1,5 e 2,2 mil milhões de euros.

### EFEITO TSU FOI CONSEGUIDO

O efeito pretendido com a alteração da TSU, que acabou por não avançar, foi alcançado através das alterações do Código do Trabalho, poupando às empresas entre 2,1 e 2,5 mil milhões de euros

EDUARDA FROMMHOLO

# 39

**POR CENTO SEGURAM EMPREGO**



Entre 2011 e 2012, mais de 39% dos trabalhadores que conseguiu manter o emprego sofreu uma redução salarial na ordem dos 23%. Os portugueses que mudaram de emprego durante este período viram também os rendimentos cair cerca de 11%.

### TRABALHADORES PERDERAM 725 M€

Os trabalhadores perderam até 724,9 milhões de euros devido aos cortes nas remunerações por trabalho suplementar e em dias feriados resultantes das últimas alterações ao Código do Trabalho, contribuindo para o efeito da malograda mexida na TSU.



ika: "Foi o caminho mais fácil"

lizar a redução de rendimentos.

"Estas reuniões são uma simples audição. Aquilo que os parceiros sociais aqui dizem não servem absolutamente para nada". A frase é do presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, João Vieira Lopes, e serviu para mostrar que, apesar de ouvirem os parceiros sempre que avança para uma nova avaliação, os representantes da troika não se afastam da orientação que está delineada no programa de assistência.

O líder da CGTP acentuou que tudo o que foi dito do lado da troika leva a concluir que "estamos a falar de mais cortes, mais despedimentos".

Desta reunião, os vários parceiros acentuam também a "contradição" que os técnicos do FMI, BCE e CE mostram ao revelarem compreender o discurso de Christine Lagarde e ao mesmo tempo insistirem nas medidas de austeridade.

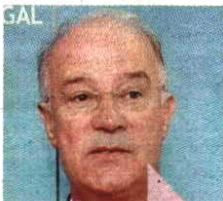
LUCILIA TIAGO

## REAÇÕES



**"Técnicos da troika continuam a valorizar baixa de rendimentos"**

João Vieira Lopes  
Confed. Comércio



**"Estamos a falar de mais cortes e de mais despedimentos"**

Arménio Carlos  
Secretário-geral CGTP



**"Dizem-nos que concordam com Lagarde, mas querem manter rumo"**

Lucinda Dâmaso  
Presidente da UGT



**"É urgente adotar medidas de incentivo ao crescimento"**

Francisco Calheiros  
Confed. Turismo

# Pensões até 600 euros receberam subsídio de férias em julho

**Pagamento** do subsídio de Natal está a ser feito em duodécimos. Pensionistas do regime geral não têm direito a receber mais este mês

### Pensões até 600 euros não recebem agora subsídio

**EM JULHO**, os pensionistas cuja pensão mensal é inferior a 600 euros, receberam o subsídio de férias por inteiro, ou seja, para além da pensão receberam o montante adicional igual ao valor da pensão. O outro subsídio (o de Natal) está a ser pago em duodécimos, acrescentando poucos euros mensalmente a uma pensão baixa. O afluxo de chamadas nas linhas de apoio telefónico da Segurança Social são compreensíveis, uma vez que as regras para estas pensões baixas são diferentes dos outros escalões de rendimento. Tanto mais que este segmento de pensões abaixo dos 600 euros (brutos) representa quase 90% dos 2,7 milhões de pensionistas de velhice e sobrevivência.

### Pensões entre os 600 e os 1100 euros

**IGUALMENTE** em julho, os pensionistas cuja pensão mensal seja igual ou superior a 600 euros e não exceda os 1100 euros (valores brutos) ficam sujeitos a uma redução no subsídio, prevista na Lei n.º 39/2013, de 21 de junho, ou seja para além da pensão, recebem parte do subsídio de férias. Este mês, no pagamento do restante valor do subsídio de férias, foram fei-

tos os acertos de retenção na fonte em sede de IRS, aplicáveis às pensões recebidas pelos pensionistas desde janeiro, de acordo com as novas tabelas de IRS. Os acertos respeitantes à retenção na fonte da sobretaxa de IRS foram feitos em simultâneo.

### Pensões superiores a 1100 euros

**OS PENSIONISTAS** cuja pensão mensal seja superior a 1100 euros, para além da pensão recebem 10% do subsídio de férias e, agora, este mês, já terão recebido o montante correspondente aos restantes 90%. O montante do subsídio de férias, pago em julho de 2013, está sujeito aos descontos normais aplicados aos valores de pensão, como IRS, Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) e sobretaxa de IRS (3,5%). O valor descontado ou deduzido será proporcional ao valor do subsídio de férias que for considerado para pagamento. Agora, no pagamento do restante valor do subsídio de férias, foram feitos os acertos de retenção na fonte em sede de IRS, aplicáveis às pensões recebidas pelos pensionistas desde janeiro, de acordo com as novas tabelas de IRS. Os acertos da retenção na fonte da sobretaxa foram feitos em simultâneo. ●

## PENSÕES// SIMULAÇÕES

### PAGAMENTO DO SUBSÍDIO EM DEZEMBRO

1000€ de pensão	
Subsídio de Natal bruto	792,00€
CES	N/D
Retenção na Fonte (RF) de IRS	75,24€
RF sobretaxa	11,09€
Acerto das RF	110,41€
Subsídio de Natal líquido	595,26€

1750€ de pensão	
Subsídio de Natal bruto	1575,00€
CES	55,13€
Retenção na Fonte (RF) de IRS	293,15€
RF sobretaxa	26,90€
Acerto das RF	181,36€
Subsídio de Natal líquido	1018,47€

FONTE: PWC - INFOGRAFIA.JN